



CENTRO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS “CER”

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

| | | |
|--|------------------------------|-----------------|
| GESTÃO: 1997 - 2000 | MUNICÍPIO: Sacramento | U.F.: MG |
| PREFEITO: Nobuhiro Karashima | | |
| ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente | | |
| NOME DO RESPONSÁVEL: João Batista dos Reis* | CARGO: | |
| IMPLEMENTADO EM: março de 1997 | | |
| FONTE: Questionário de inscrição do programa gestão pública e cidadania. | | |
| N.º DE HABITANTES: 20.997 habitantes | ORÇAMENTO: | |
| TEL: 034 3351-2940 | FAX: 034 3351-4757 | |
| E – MAIL: pagricultura@sacranet.com.br | SITE: | |

EMENTA:

Este projeto é operacionalizado por intermédio da secretaria municipal de agricultura, abastecimento e meio ambiente. A equipe responsável pelo projeto é composta de um consultor, um engenheiro agrônomo, um técnico agrícola e uma pedagoga. Os objetivos são: promover a verticalização da produção agropecuária das propriedades rurais, em regime de economia familiar: gerar ocupação, trabalho e renda para os jovens agricultores e agricultoras; aumentar a renda familiar dos mesmos. as metas são: a formação de empreendedores, para desenvolver habilidades de gestão e competência empreendedora junto aos agricultores familiares; criação de agroindústrias, fornecendo assessoria na criação de empreendimentos familiares, comunitários e cooperativos; financiamento dos empreendimentos. O projeto possui 3 frentes de trabalho: 1. escola de formação: para o desenvolvimento das habilidades básicas de cidadania e gestão. 2. incubadora tecnológica: assessora e apoia os empreendedores. 3. fundo rotativo: financiamento dos planos de negócios viáveis. a gestão financeira do crédito é feita por uma associação comunitária rural. O plano operacional é avaliado, monitorado e replanejado mensalmente. o projeto traz sinais para os trabalhadores do campo que é possível gerar trabalho e renda.

A FGV, através do programa Gestão Pública e Cidadania, selecionou o programa entre os 30 pré – finalistas em 1999. Em 2000 o programa foi um dos 20 finalistas destacados.

* a Secretária responsável pela implementação do projeto, Mariléia Abadia Alves Martins é atualmente Secretária de Educação.

O **PTdoc** é um banco de dados virtual de Projetos de Leis, Políticas Públicas e Programas de Governo do PT. Acesse o **PTdoc** através da página <http://www.pt.org.br> e envie seus projetos ou sugestões para snai@pt.org.br

1) OBJETIVOS

- Promover a verticalização da produção agropecuária das propriedades rurais em regime de economia familiar,
- Gerar ocupação, trabalho e renda para os jovens agricultores e agricultoras residentes nas comunidades rurais do município;
- Aumentar a renda familiar do conjunto dos agricultores familiares do município.

Metas:

- Formação de empreendedores , para desenvolver habilidades de gestão e competência empreendedora junto aos agricultores familiares;
- Assessoria a empreendimentos familiares, comunitários e cooperativos;
- Financiamento de Agroindústrias nas propriedades em regime de economia familiar

2) OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

O Projeto é operacionalizado por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente que reuniu e articulou as ações para concretizar o Projeto em uma "Unidade Administrativa" chamada Centro de Empreendimentos Rurais - CER. A equipe responsável direta pela execução do Projeto é composta de um Consultor, um Eng. Agrônomo, um técnico agrícola, uma pedagoga.

Suas Frentes de Trabalho são três

- 1 . Escola de Formação: Onde os agricultores familiares desenvolvem suas habilidade básicas de cidadania e de gestão nos cursos que utilizam o método CEFE (competência empreendedora e formação de empreendimentos) baseado em jogos vivenciais;
- 2. Incubadora Tecnológica: Que assessora e apoia os empreendedores na elaboração de planos de negócio viáveis e a sua criação e inserção no mercado;
- 3. Fundo Rotativo: Financiamento de Planos de Negócio: Para os planos que, após estudo mostram-se viáveis

Interfaces com outros Projetos:

O Projeto de Agroindústrias está inserido no Programa Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDR's e articula-se com os demais projetos de bovinocultura leiteira, fruticultura, cafeicultura e Feira Livre. A articulação se dá por meio do trabalho de democratização e de participação popular nas atividades do Plano de Descentralização do PMDR's. Anualmente as Comunidades Rurais definem suas prioridades e elegem suas metas regionais, são os Planos de Metas Regionais. Os Planos permitem os produtores entenderem, associar as iniciativas e projetos e monitorar os seus resultados periodicamente durante todo o ano.

3) PÚBLICO ALVO

Agricultores e agricultoras familiares.

O Centro de Empreendimentos Rurais formou 40 empreendedores familiares por meio da Escola de Formação; assessorou e apoiou a elaboração de 15 Planos de Negócio, a abertura de uma Loja para a comercialização de 10 empreendedores produtores associados; o Fundo Rotativo selecionou 5 e até setembro/99 vai emprestar para 10 agricultores.

A base social da clientela são os agricultores familiares associados às Associações comunitárias Rurais, que totalizam cerca de 700 famílias no município. Portanto o ano I e II do Projeto alcançou 5% da clientela potencial. Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do Projeto:

A porta de entrada é a Escola de Formação. As Associações Comunitárias (14 em toda a zona rural) pré selecionam e indicam para entrevista com os coordenadores do Projeto, que com base em uma entrevista com pontuação em critérios sócio-econômicos formam as turmas de até 25 candidatas.

Os egressos que apresentarem ao final do curso Planos de Negócio completos recebem o certificado do curso. São financiados aqueles que necessitarem de capital para investimento e compra de equipamentos.

Em cada etapa a participação se dá de uma forma; durante o curso (que dura cerca de 5 meses) é na fase da incubação. A coordenação do Projeto mantém e alimenta a comunicação com notícias por carta, pelo rádio, faz reuniões de avaliação do Plano de Descentralização do PMDR's.

4) GASTO ORÇAMENTÁRIO

O gasto projetado anual para formar duas turmas, incubar até 20 empreendimentos e financiar até 10 agroindústrias é de cerca R\$ 101.000,00. Ressalte-se que o Projeto iniciou-se em janeiro de 1997 e portanto, para sua maturação e consolidação não foram mobilizados estes valores integralmente nem em 97, nem 98 e nem em 1999.

As fontes de recursos são do Governo Local, dos Agricultores familiares e parceria do governo municipal de Santo André.

Percentual dos Recursos Financeiros derivados das fontes:

Escola de Formação: 100 % Prefeitura

Incubação (contrato de assessoria): 100 % Prefeitura

Entrepasto de Comercialização: 100 % Agricultores familiares

Capital para Instalação das Agroindústrias: 100 % Agricultores familiares

(A Prefeitura repassou R\$ 80.000,00 ,aprovados em Orçamento Participativo, que possibilitou constituir um Fundo Rotativo a partir do reembolso dos Agricultores)

Percentual da receita orçamentária total da Prefeitura efetivamente utilizado pelo Projeto: aproximadamente 0,8%

5) PESSOAS ENVOLVIDAS DIRETAMENTE

Assessores e Técnicos da Prefeitura: 6 pessoas

Dirigentes envolvidos diretamente em operações do Projeto: 3 pessoas

6) ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

- Prefeitura / Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente: tem o papel de coordenação geral do Projeto, Administra o CER, que é a unidade executora do Projeto.
- Associações Comunitárias Rurais: identificar os beneficiários do Projeto;
- Empreendedores associados: gestão dos empreendimentos da produção à comercialização. Administram diretamente de forma auto- gestonária o Entrepasto de comercialização;
- Associação Comunitária da Divisa: Faz a gestão financeira do crédito e, portanto do Fundo Rotativo das Agroindústrias;
- Prefeitura Municipal de Santo André / Central Regional de Abastecimento - CRAISA: cessão de espaço público e apoio institucional ao Projeto.

7) PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A participação da Comunidade se dá principalmente no processo de tomada de decisão. Por exemplo em Janeiro, Fevereiro e em Março/97, durante as Oficinas de Avaliação Situacional e no Planejamento Estratégico Situacional para a definição das diretrizes e prioridades do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural todos os atores sociais, que jogam o jogo social e político do desenvolvimento rural do município, elegeram como diretriz a geração de trabalho e renda. Priorizaram a verticalização da produção agrícola.

Nos Planos de Metas Regionais as comunidades priorizaram metas para a criação de agroindústrias.

Na discussão do Orçamento Participativo 99 (ocorrida durante os meses de julho a setembro/98), os agricultores familiares conseguiram aprovar na Conferência Municipal R\$ 80.000,00.

A participação dos beneficiários diretos acontece tanto nos processos de tomada de decisões em reuniões junto com a equipe coordenadora do Projetos. O controle pelos beneficiários acontece nas reuniões de avaliação dos Planos de Metas Regionais em reuniões convocadas pela coordenação / Secretaria Municipal de Agricultura que sistematiza e articula as operações elaborando Planos de Trabalho onde se define com os beneficiários : o que fazer, como fazer, quem faz, quando fazer.

8) CONCEPÇÃO DO PROJETO

O ponto de partida deu-se nas Oficinas de Avaliação e de Planejamento estratégico em Fevereiro/97.

A sua concepção aconteceu em março de 1997 quando ficou clara a idéia de juntar num mesmo espaço de intervenção: a formação, o fomento e o financiamento que foi a proposta do Centro de Empreendimentos Rurais, o CER.

Houve inspiração nas iniciativas de Incubadoras Tecnológicas da Prefeitura de João Monlevade -MG, nos cursos de formação de empreendedores que utilizam o método CEFE do Centro CAPE de apoio ao pequeno empreendedor de Belo Horizonte; das iniciativas da Prefeitura de Belo Horizonte em abastecimento e comercialização popular e a proposta dos Centros de Vivência Agroecológicos - CEVAES e no Projeto de Verticalização da Produção de base na agricultura familiar, o PROVE de Brasília.

9) ETAPAS-CHAVE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

- Aprovação no interior do governo como uma Prioridade da Política Pública de Desenvolvimento Rural e da Secretaria Municipal e do Programa - PMDR's que resultou na decisão de destinar recursos financeiros e a contratação de recursos humanos, numa perspectiva de médio e longo prazo;
- A discussão do problema da falta de agregação de valor na produção com as associações comunitárias rurais. Os objetivos claros expostos na proposta do Centro de Empreendimentos Rurais foram determinantes no facilitamento do diálogo e da operacionalidade da Proposta;
- A articulação do Projeto nos Planos de Metas Regionais junto às Comunidades Rurais;
- A formação da Primeira turma de jovens empreendedores rurais, agosto à dezembro/97
- A instalação da Incubadora em fevereiro de 98;
- A aprovação de recursos no Orçamento Participativo para a instalação do Fundo de Financiamento das Agroindústrias em agosto de 98;
- A organização dos empreendedores associados para a comercialização solidária fora do Estado de Minas Gerais;
- A inauguração do Entreposto - Loja em Santo André, que exigiu uma maior institucionalização da Proposta no aspecto da legalização e do Marketing;
- O início da construção modelo da primeira agroindústria padrão de queijo na Comunidade do Quenta Sol.

Incrementos realizados desde o início do programa:

- Os 2 cursos (180 horas) de formação de empreendedores;
- A adoção de plantas e perfis agroindustriais simplificados "Kit Agroindústria";
- A parceria com a Central de Abastecimento de Santo André - Craisa e a Prefeitura de Santo André;
- O estabelecimento de normas sanitárias municipais para a agroindustrialização artesanal
- A associação dos 10 agricultores familiares pioneiros na construção do sistema agroalimentar: produção - agroindústria - entreposto de beneficiamento - comercialização regional;
- Verbas aprovadas no Orçamento Participativo.

10) PRINCIPAIS OBSTÁCULOS

- Falta de recursos para a Escola de formação oferecer regularmente os 2 cursos anuais de (180) e assumir o caráter de educação continuada dos empreendedores. Este obstáculo está sendo superado com o maior

envolvimento da EMATER (conveniada com o Município) para assumir a capacitação dos produtores, com o SENAR e buscando-se recursos do Programa de Formação Profissional do FAT.

- A adequação da agroindústria com base na agricultura familiar à atual legislação sanitária federal. Neste sentido mantemos parceria com o Instituto Mineiro de Agropecuária que é o órgão responsável no estado pela fiscalização sanitária. Vamos assinar convênio para registrar o Entrepasto e o rótulo da marca própria da Associação dos Pequenos Produtores de Sacramento.
- Ainda persiste a dificuldade do município para financiar sozinho os cursos oferecidos pela Escola de Formação do CER.

11) MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

Um Plano Operacional é avaliado, monitorado e replanejado mensalmente. Os indicadores de resultados do Projeto são:

- Número de Planos de Negócio dos alunos egressos do curso de formação apresentados à Incubadora
- Número de empreendedores que formalizaram termo de cooperação com a Incubadora
- Número de operações de crédito para investimento na criação das agroindústrias
- Volume da produção processado e comercializado no mercado local e regional pelos beneficiários do programa

Resultados do último ano do Programa

- 14 agricultores familiares estão industrializando e comercializando seus produtos diretamente no mercado local (Feira dos Produtores). Observa-se um incremento de renda médio de 2 salários mínimos/mês e da ocupação da mão de obra (jovens) por família;
- Abertura de uma Loja para comercialização varejista com capacidade para comercializar 4.000 kg/mês de produtos de 10 famílias. Isto representa volume financeiro da ordem de R\$ 600,00 /agroindústria associada/mês
- A criação de normas sanitárias municipais para as agroindústrias com base na agricultura familiar (Resolução 01/99 SEAMA)
- Estruturação de uma cadeia produtiva: agroindústria - entreposto – comercialização gerenciado de forma associativa pelos agricultores com alcance extra regional. Esta estrutura mostra-se capaz de acolher a produção das Agroindústrias incubadas pelo CER (numa perspectiva de 20 unidades/ano)
- Criação da Associação com objetivo específico centrado na comercialização para gerir o sistema articulado da cadeia produtiva.

12) MAIOR CONQUISTA DO PROGRAMA

Rompimento do círculo vicioso da exclusão da produção familiar dos mercados regionais e locais.

Graças ao rompimento de nós críticos como:

- (a) a falta de planejamento e estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira (superados com os Planos de Negócio);
- (b) a falta de economia de escala (superada pela rede de agroindústrias associadas);
- (c) a falta de padronização e de qualidade dos produtos (possibilidade de ser superada pela normatização municipal, o entreposto controlado por órgão estadual);
- (d) a falta de tecnologia gerencial dos produtores (enfrentada de frente pelos cursos de formação empreendedora e interiorizada atualmente pela intervenção pública de extensão rural);
- (e) a falta de experiência dos produtores para empreender negócios ou projetos econômicos solidários e cooperativos (avançando na vivência de gerir negócios para resultar renda e os próprios postos de trabalho na família).

13) INOVAÇÃO EM RELAÇÃO A PRÁTICAS ANTERIORES

O desejo de promover o desenvolvimento rural com base no fortalecimento da agricultura familiar nos governos locais não se completa nas pequenas cidades muitas vezes por absoluta falta de ciência e tecnologia política dos governos e das organizações dos agricultores familiares.

Fazer acontecer tal desejo passa por criar e utilizar instrumentos de política eficazes, eficientes que aumentem a governabilidade de Projetos e garantem a governança (o controle) da sociedade sobre estes.

É verdade que experiências anteriores inovaram na tentativa de criar espaços de comercialização direta e aproximar os produtores rurais do interior aos consumidores urbanos. Acumulamos muito saber e experiências com os Programas de Abastecimento e Segurança alimentar dos governos democráticos e populares de Belo Horizonte, Porto Alegre, Santo André, Brasília e outros, todos radicados em regiões metropolitanas, a despeito de buscarem a verticalização e a agregação de valor nas atividades da agricultura familiar do interior dos estados.

A experiência de Sacramento, uma pequena cidade localizada na microregião do Alto Paranaíba de Minas, deslocou e radicou a experiência para a outra ponta do sistema agroalimentar. É um fato singular, mas alvissareiro para o setor gerador de políticas e instrumentos de política pública em Abastecimento, Segurança Alimentar. Muito se tem falado e pouco de concreto tem sido feito para a promoção do desenvolvimento rural sustentável nos governos locais. Felizmente está na pauta dos movimentos sociais e sindicais; dos governos federais e estaduais porém poucos sabem fazê-lo acontecer nas pequenas cidades do interior de forma permanente e sustentável.

O CER como um instrumento de política de desenvolvimento mostrou-se inovador na implementação de Projetos de Agroindustrialização pela sua qualidade de reunir no espaço político e no espaço operacional intervenções efetivas para atacar os nós mais críticos do problema da agroindustrialização da agricultura familiar.

Está presente no Projeto uma visão sistêmica do complexo agroalimentar que entende a necessidade de fazer gestão integrada da cadeia produtiva pelos agricultores familiares. Os próprios agricultores estão estruturando uma rede que nasce na soma de várias agroindústrias que a montante se associam para ter escala e "marca" para na ponta da cadeia produtiva atender as necessidades dos consumidores finais ávidos por bom preço e boa qualidade- O Projeto quis nascer muito grande devido ao clamor de cerca de 700 agricultores familiares associados do município, mas na hora de fincar raiz e preparar uma base estrutural teve o juízo de firmar-se primeiramente em torno de 10 empreendedores e começar pequeno. Esta foi uma decisão tática oportuna, pois a sua intervenção estratégica é estrutural de longo prazo para o conjunto dos agricultores e agricultoras.

As iniciativas anteriores ou são focais demais, ou fragmentadas demais, ou setorializadas ou imediatistas demais comprometendo assim a sua sustentabilidade

É verdade que o tema tem inserção muito recente na agenda das políticas agrícolas e agrárias no Brasil talvez isto explique muito a condição inovadora do Projeto de Sacramento.

14) IMPACTO SOBRE A QUESTÃO DA POBREZA

Em Minas Gerais, segundo dados do IPEA, 3,6 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de indigência sendo que destes 1,6 milhões vivem em zonas rurais. A pobreza e a insegurança alimentar atinge de forma extensiva a população rural. Falta comida na mesa das famílias trabalhadoras. Elas não tem dinheiro para comprar comida. Elas não tem dinheiro porque não tem trabalho- Elas não tem trabalho no campo porque o modelo de desenvolvimento brasileiro concentrador e excludente pouca ou nenhuma oportunidade oferece para elas.

Gerar trabalho e renda com os próprios recursos e de forma solidária é uma alternativa possível para as famílias rurais nos municípios para combater a pobreza e a dramática crise estrutural do trabalho. O Projeto traz estes sinais para os trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos e sem esperança do campo.

15) IMPACTO DO PROJETO SOBRE A CIDADANIA

Um dos princípios políticos presente no Projeto, como nos demais projetos do PMDR's é a participação da comunidade e dos beneficiários na criação e no controle das atividades do Projeto. O projeto permitiu um exercício permanente de cidadania dos trabalhadores na sua gestão. O forte componente pedagógico do Projeto

(escola de formação) procurou desenvolver habilidades básicas de cidadania e de gestão de políticas além do desenvolvimento de competência gerencial. Exemplo concreto foi a aprovação de recursos financeiros para o Projeto na Conferência Municipal do Orçamento Participativo que reuniu cerca de 120 delegados, precedidos por 13 assembléias regionais que registrou a presença de quase 500 cidadãos.

16) A DEFICIÊNCIA MAIS SIGNIFICATIVA DO PROJETO

Das deficiências do Projeto, talvez a mais significativa seja que o componente formação gerencial e associativista dos beneficiários esteja debilitado por não ter assumido uma prática continuada como esperávamos, devido à falta de recursos financeiros para contratar os formadores que ministrariam os cursos de 180 horas como projetamos.